

NO AUGUE DA PANDEMIA, RETROCESSO NA TRANSPARÊNCIA

Há duas semanas, governo do Estado deixou de informar detalhes sobre as novas mortes confirmadas diariamente. Especialistas apontam que decisão representa um passo atrás na clareza das informações no momento mais crítico da Covid-19. Reportagem da NSC identificou ainda óbitos registrados duas vezes na base de dados abertos e até uma mulher curada que aparecia como vítima fatal

CRISTIAN EDEL WEISS
CLARISSA BATISTELLA
cristian.weiss@somosnsc.com.br
clarissa.cervieri@somosnsc.com.br

Uma mulher de 44 anos de Herval d'Oeste, no Meio-Oeste de Santa Catarina, entra para a conta de óbitos por coronavírus no Estado no dia 10 de agosto. Teria morrido em 10 de maio, três meses antes. Em 18 de agosto, no entanto, o caso é removido da lista de mortes. Ao questionar a Secretaria de Estado da Saúde sobre as razões da exclusão, a reportagem descobre que, na verdade, o caso permanecia na base, mas com outro status: a paciente já estava curada.

É que desde 10 de agosto que o governo de Santa Catarina decidiu automatizar a integração de bases de dados do SUS, de prefeituras e laboratórios privados que testam para coronavírus. Também é a partir dessa data que a Secretaria de Estado da Saúde deixou de informar diariamente o perfil das novas mortes confirmadas e a quais cidades pertenciam, prática que era adotada desde 25 de março, quando houve o primeiro óbito por Covid-19 no Estado.

Para especialistas ouvidos pela reportagem, deixar de informar diariamente os detalhes sobre as novas mortes, no auge da pandemia, é um retrocesso nas práticas de transparência pública e informação precisa para quem está na linha de frente. A justificativa do Estado foi de que, com o aumento no número de mortes, a informação estaria disponível na base de dados abertos, um arquivo com mais de 120 mil linhas e 39 colunas de dados, um desafio a qualquer leigo em planilhas eletrônicas. A reportagem da NSC, no entanto, tem feito um esforço diário, com uso de ferramentas de análise de dados, para garantir que as informações sejam disponibilizadas à sociedade diariamente no NSC Total e demais veículos.

DADOS ABERTOS DO ESTADO / REPRODUÇÃO

Campos da base do Estado	Status de 10/8 a 17/8	Status a partir de 18/8
data_publicacao	17/08/2020 16:00	18/08/2020 16:00
recuperados	NAO	SIM
data_inicio_sintomas	28/04/2020	28/04/2020
data_coleta	01/05/2020	01/05/2020
sintomas	TOSSE, CEFALEIA, CORIZA, DISPNEIA, DOR DE GARGANTA, FEBRE, MIALGIA	TOSSE, CEFALEIA, CORIZA, DISPNEIA, DOR DE GARGANTA, FEBRE, MIALGIA
comorbidades		
gestante		
internacao	INTERNADO	INTERNADO
internacao_uti	NAO INTERNADO UTI	NAO INTERNADO UTI
sexo	FEMININO	FEMININO
municipio	HERVAL D'OESTE	HERVAL D'OESTE
obito	SIM	NAO
data_obito	10/05/2020	NULL
idade	44	44
regional	MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE	MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
raca	BRANCA	BRANCA
data_resultado	03/05/2020 19:27	03/05/2020 19:27

Caso de Herval d'Oeste foi divulgado como óbito por Covid-19 (coluna do meio) entre os dias 10 e 17 de agosto. A partir do dia 18 (coluna da direita), paciente passou a ser considerada curada na mesma base de dados

DADOS ABERTOS DO ESTADO / REPRODUÇÃO

	I	J	K	L	M	N
1	internacao_uti	sexo	municipio	obito	data_obito	idade regi
2	NAO INTERNADO	Masculino	ARAQUARI	SIM	12/06/2020	82 PLAI
3	NAO INTERNADO	Masculino	ARAQUARI	SIM	12/06/2020	82 PLAI
4	NAO INTERNADO	Feminino	ARARANGUA	SIM	24/05/2020	90 SUL
5	NAO INTERNADO	Feminino	ARARANGUA	SIM	24/05/2020	90 SUL
6	INTERNADO UTI	Masculino	BALNEARIO CAMBORIU	SIM	02/07/2020	81 FOZ
7	NAO INTERNADO	Masculino	BALNEARIO CAMBORIU	SIM	02/07/2020	81 FOZ
8	NAO INTERNADO	Feminino	BIGUACU	SIM	21/07/2020	66 GRA
9	INTERNADO UTI	Feminino	BIGUACU	SIM	21/07/2020	66 GRA
10	NAO INTERNADO	Masculino	BLUMENAU	SIM	11/07/2020	67 ALTC
11	NAO INTERNADO	Masculino	BLUMENAU	SIM	11/07/2020	67 ALTC
12	INTERNADO UTI	Feminino	BRUSQUE	SIM	22/07/2020	62 ALTC
13	NAO INTERNADO	Feminino	BRUSQUE	SIM	22/07/2020	62 ALTC
14	NAO INTERNADO	Masculino	CAMBORIU	SIM	24/07/2020	65 FOZ
15	NAO INTERNADO	Masculino	CAMBORIU	SIM	24/07/2020	65 FOZ
16	NAO INTERNADO	Feminino	COCAL DO SUL	SIM	24/07/2020	80 SUL
17	NAO INTERNADO	Feminino	COCAL DO SUL	SIM	24/07/2020	80 SUL
18	INTERNADO UTI	Masculino	FLORIANOPOLIS	SIM	01/08/2020	83 GRA
19	INTERNADO UTI	Masculino	FLORIANOPOLIS	SIM	01/08/2020	83 GRA
20	NAO INTERNADO	Feminino	FLORIANOPOLIS	SIM	05/08/2020	83 GRA
21	NAO INTERNADO	Feminino	FLORIANOPOLIS	SIM	05/08/2020	83 GRA
22	NAO INTERNADO	Feminino	GASPAR	SIM	14/07/2020	52 ALTC
23	NAO INTERNADO	Feminino	GASPAR	SIM	14/07/2020	52 ALTC

Reportagem da NSC identificou que pelo menos 28 óbitos foram "contados duas vezes" no boletim divulgado pelo Estado em 10 de agosto, quando a Secretaria de Saúde decidiu automatizar a integração das bases de Covid-19. Casos duplicados ajudaram a elevar o total acumulado de óbitos para 1.541 naquele dia, quando eram 1.513 na verdade. Os mesmos dados foram enviados ao Ministério da Saúde. Nos dias seguintes, os casos duplicados foram removidos aos poucos

Em um único dia, 28 mortes foram contadas duas vezes

Não bastasse a dificuldade a quem deseja acompanhar a evolução dos casos no Estado, a integração e automatização de bases da Covid-19 em Santa Catarina geraram transtorno e informações confusas. No dia 10 de agosto, foram divulgadas mais 96 mortes em um único boletim do Estado, a maior marca atingida nesta pandemia.

Ao comparar com a base de dados do dia anterior, no entanto, a reportagem identificou pelo menos 28 óbitos inseridos como novos pelo Estado que já haviam sido informados em boletins anteriores. Ou seja, esses casos passaram a contar duas vezes e ajudaram a elevar o total acumulado de óbitos para 1.541 em 10 de agosto, quando eram 1.513, na verdade. Como agravante, esses mesmos dados foram enviados para o Ministério da Saúde, que somou com o resultado de outros estados para divulgação do balanço diário em todo o país, além de refletir nas estatísticas dos municípios.

Nos dias seguintes, essas mortes duplicadas começaram a ser excluídas da base estadual. Mas novos casos foram identificados pela reportagem. No último domingo, dia 16, foi divulgada a morte de um homem de 81 anos em Timbó, que ocorreu em 14 de agosto. Na segunda-feira, dia 17, apareceu novo caso idêntico. Apesar de a secretaria ter confirmado à reportagem de que se tratavam de duas pessoas distintas, o Estado voltou atrás, e a duplicidade foi removida da base de dados na terça-feira.

Segundo o chefe do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina, Fabrício Augusto Menegon, em todo o processo notificador de óbitos existe a possibilidade de se fazer correções posteriores, devido ao alto volume de informações. No entanto, num contexto de pandemia, a postura que se espera é diferente, diz o especialista, que avalia os cinco meses que já se passaram desde a notificação do primeiro caso de Covid-19 em Santa Catarina, tempo suficiente para uma estruturação mais eficiente, com alinhamento entre Estado e prefeituras:

– São 295 municípios que disponibilizam dados para a secretaria (de Estado de Saúde) diariamente, o que gera um volume de informações que ela tem que lidar muito grande. Mas Santa Catarina é um dos melhores estados em vigilância epidemiológica e de grande aparato tecnológico. Era de se esperar que a Secretaria de Estado Saúde já estivesse conseguindo aparar essas arestas do processo notificador. Que já estivesse devidamente alinhada com as prefeituras para que não existissem esses erros que vão refletir lá na ponta, lá no município onde o serviço opera de verdade.

Situação pode figurar como violação de leis federais

Enquanto o próprio Ministério da Saúde já admitiu a possibilidade de haver subnotificação de casos confirmados no Brasil, porque não foi possível fazer testagem em massa, os especialistas afirmam que é no total de mortes que se deveria ter mais precisão sobre o alcance da doença para mapear o avanço da Covid-19. Mas se a base de dados apresenta inconsistências e até mortes duplicadas, torna incertas as tentativas de acompanhar as estatísticas para tomadas de decisão e fazer projeções.

Na avaliação da gerente de projetos da Transparência Brasil, Marina Iemini Atoji, a imprecisão e a falta de clareza dos dados não só são um desserviço, como uma violação da Lei de Acesso à Informação, que assegura o direito à informação pública a todos os cidadãos, e uma violação da Lei de Emergência Nacional de Saúde Pública, que fala sobre a doença de forma precisa e acurada:

– Essas informações são essenciais para o planejamento de combate à pandemia das prefeituras, das secretarias regionais de saúde e para os cientistas estudarem o comportamento do vírus no Estado. É fundamental ter uma informação de precisão para ações de mitigação.

Para Marina, até mesmo as mudanças de metodologia, sem o devido histórico, prejudicam o enfrentamento da doença, já que afetam a comparabilidade dos dados:

– Não adianta o governo falar que consulta cientistas se eles (cientistas) não têm acesso a dados confiáveis e uniformes, cujo método de divulgação toda hora muda. É botar banana para comparar com laranja.

Nesse contexto, conforme a gerente de projetos, a imprensa é fundamental “para jogar luz sobre a falta de transparência do poder público”.

Para o presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Marcelo Träsel, é preocupante que, du-

rante uma pandemia, as autoridades criem dificuldades de acesso para a imprensa e os cidadãos. Por mais que o governo catarinense tenha disponibilizado os dados, é obrigação do governo esclarecê-los ou explicá-los quando os números sinalizam dados conflitantes. Träsel defende que jornalistas, sociedade e pesquisadores precisem de dados e ferramentas seguros, que não induzam a erros. Essa falha no fluxo de transparência de dados e até a falta de entrevistas coletivas diárias, como o Estado costumava fazer no início da pandemia, colocam em risco avanços democráticos, na opinião do presidente da Abraji.

Para Luiz Fernando Toledo, um dos diretores da entidade, a divulgação de informações públicas em formato aberto pode ser algo positivo por dar à população a capacidade de elaborar as próprias análises, sem ficar refém de textos oficiais. Mas se esses dados tiverem imprecisões ou erros que não são corrigidos, corre-se o risco de desinformar. É fundamental que o órgão responsável pelos dados faça as correções necessárias e auxilie os jornalistas a entender o que eles representam, pontua Toledo.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Em Santa Catarina, entidades ligadas à saúde cobraram mais transparência do Estado logo no início da pandemia. Ainda em abril, um levantamento da Open Knowledge Brasil, instituição de defesa de dados públicos abertos e transparentes, classificou SC entre os 7 estados do país com o pior nível de transparência nas informações sobre a Covid-19.

A pressão gerou retorno positivo: as novas mortes eram divulgadas diariamente, individualmente, preservando a identidade das vítimas, e uma base de dados abertos foi criada no fim de maio, permitindo pesquisadores, prefeituras, jornalistas e qualquer

Secretário de Saúde justifica que complexidade dos dados exigiu mudança

Para o secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro, não há falta de transparência, mas uma mudança na forma de controle dos dados, que antes era manual e agora é sistematizado. Essa alteração ocorreu, argumenta o secretário, devido ao quantitativo de óbitos que teria tornado a captação de dados mais complexa, além do atraso no repasse de informações dos municípios para o Estado, que ocasiona em algumas divergências de dados de um dia para o outro.

Como exemplo, o secretário cita a migração da cidade do óbito. Segundo ele, como muitos pacientes saem da cidade



Não vejo problema quanto a isso, mas se essa informação tivesse impacto, a região de Itajaí, que tem um número alto de mortes, talvez não tivesse na situação como está

onde moram para receber atendimento em municípios onde estão os hospitais aptos ao tratamento de Covid-19, alguns óbitos são relatados para a cidade da unidade hospitalar, no primeiro momento, mas alteradas posteriormente, para o município de origem da vítima.

– Foi até um pedido que veio dos municípios, inclusive, que no primeiro momento o quantitativo fosse divulgado e depois a cidade. É um controle muito grande, mas a transparência está presente de qualquer forma – argumenta Ribeiro.

Questionado sobre as dificuldades que o público pode encontrar na consulta dos

dados individuais de cada óbito, Ribeiro disse concordar que a informação é melhor quando mais clara e não demonstrou relutância sobre a possibilidade de alterar o formato como os casos são divulgados, desde que a informação tenha impacto para a sociedade:

– Não vejo problema nenhum quanto a isso, mas se essa informação tivesse impacto, a região de Itajaí, que tem um número alto de mortes, talvez não tivesse na situação como está. Porque, mesmo com a informação disso (onde ocorreram as mortes, idade e gênero das vítimas), não fez a menor diferença – resume.

Mudança no levantamento de dados

A Secretaria de Estado da Saúde informa que até o momento o número de óbitos por Covid-19 era computado de forma manual, usando as informações recebidas através de e-mail, dos sistemas de notificações (e-SUS e Sivep-Gripe) e do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

Entretanto, com o aumento expressivo do número de óbitos pela doença, os dados serão automatizados a partir desta segunda-feira, 10, na plataforma Boa Vista com as informações do SIVEP-Gripe, sistema de notificações de SRAG e óbitos por Covid-19.

Os óbitos computados na data desta segunda-feira, 10, são referentes aos meses de abril, maio, junho e julho - e mês de agosto - que não tinham sido reportados.

Além disso, devido ao aumento do número de óbitos, os detalhes dos casos não serão mais informados em relatórios diários a partir desta segunda, 10.

A SES destaca que essas informações continuam disponíveis para a população catarinense e imprensa no arquivo de dados abertos disponíveis [aqui](#).

Em comunicado, governo do Estado informou em 10 de agosto que não informaria mais detalhes sobre novas mortes, devido “ao aumento do número de óbitos”

cidadão interessado acompanhar mais detalhes sobre casos e mortes. Mas desde 10 de agosto apenas a reportagem da NSC, com base em cruzamento de dados feito diariamente, passou a divulgar os detalhes das novas mortes diante da recusa do governo do Estado desde então.

Para o doutor em epidemiologia e professor do Departamento de Saúde Pública da UFSC, Lúcio Botelho, a informação é o pilar para o enfrentamento da pandemia.

– A falta de informação numa pandemia agrava de uma maneira absurda a situação. Todos nós do Departamento de Saúde temos batido na mesma tecla desde o início. A gente vive conflitos antagônicos de economia e pandemia que não deveriam ser vivenciados. E dado real tem que ser encarado dessa maneira, porque não vamos chegar a lugar nenhum se não enxergarmos a realidade – salienta.

Botelho considera que a falta de transparência dos dados, assim como a postura de enfrentamento do coronavírus, estão ligadas a uma incapacidade gerencial:

– Não se trata de desserviço, a gente não pode nem chegar nesse pavimento. Se trata de uma incapacidade administrativa brutal.



Em Santa Catarina, entidades ligadas à saúde cobraram mais transparência do Estado logo no início da pandemia